



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) ELEITORAL RELATOR(A)**  
**EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Recurso Eleitoral n.º 173-36.2016.6.21.0142**

**Procedência:** BAGÉ-RS (142ª ZONA ELEITORAL – BAGÉ)

**Assunto:** RECURSO ELEITORAL – REGISTRO DE CANDIDATURA – RRC – CANDIDATO – CARGO – VICE-PREFEITO – IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA – CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE – INDEFERIMENTO DO DRAP - INDEFERIDO

**Recorrente:** LEONARDO GODINHO MARINHO

**Recorrido(a):** MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

**Relator(a):** DR. JAMIL ANDRAUS HANNA BANNURA

**PARECER**

**RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. VICE-PREFEITO. PARTIDO DE FILIAÇÃO INAPTO A PARTICIPAR DO PLEITO. INTERPOSIÇÃO EXTEMPORÂNEA.** Apesar de reconhecido que o requerente cumpre os requisitos de elegibilidade, bem como não incide em causa de inelegibilidade, o indeferimento do DRAP é fundamento suficiente para indeferir os pedidos de registro a ele vinculados. **Parecer pelo não conhecimento do recurso interposto fora do tríduo legal. Caso conhecido, pela reunião deste ao Processo 171-66 (DRAP), por ocasião do julgamento dos recursos; no mérito, pelo desprovimento.**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de recurso interposto por LEONARDO GODINHO MARINHO, pretendo candidato a vice-prefeito em Bagé/RS, pelo PARTIDO SOCIAL LIBERAL – PSL, em face da sentença do MM. Juízo Eleitoral da 142ª Zona Eleitoral (fl. 34), que julgou prejudicado seu pedido de registro de candidatura para concorrer a vice-prefeito, em razão do indeferimento do DRAP nº 171-66.2016.6.21.0142, inabilitando o PSL para concorrer às eleições majoritária e proporcional naquele município.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Nas razões recursais (fls. 37-39), o recorrente aduziu, em síntese, que a convenção que o escolheu como candidato é válida, tendo em vista que, quando a Comissão Provisória convocou a convenção, a referida Comissão ainda estava constituída.

Apresentadas contrarrazões (fls. 41-43), os autos foram remetidos ao TRE/RS e vieram a esta Procuradoria Regional Eleitoral, para exame e parecer (fl. 45).

É o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.I. Tempestividade

O recurso é **intempestivo**.

A sentença foi afixada no Mural Eletrônico na data de 05/09/2016 (fl. 35), sendo o recurso interposto em 11/09/2016 (fl. 37). Portanto, **não** foi observado o tríduo legal a que alude o § 1º do art. 52 da Resolução TSE n.º 23.455/2015.

Logo, **o recurso não merece ser conhecido**.

De outro lado, seguem os argumentos de mérito, para o caso eventual de ser conhecido o recurso.

### II.II. Da reunião do recurso com o Processo nº 0000171-66.2016.6.21.0142 (DRAP)

Cuida-se de recurso em Requerimento de Registro de Candidatura julgado prejudicado, em razão do indeferimento do registro da sigla partidária, pela qual o recorrente pretende a candidatura, por ter sido considerada inapta a participar do pleito de 2016.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Considerando que o resultado de eventual recurso no DRAP terá interferência direta no presente pedido de registro, convém seja procedida a reunião dos processos, por ocasião do julgamento, nos termos do art. 55 do CPC/15.

### II.III. Mérito

No mérito, o recurso não merece prosperar.

O magistrado *a quo*, apesar de reconhecer que o recorrente cumpre os requisitos de elegibilidade, bem como não incide em causa de inelegibilidade, julgou prejudicado o pedido de registro do candidato, sob o fundamento de que o partido ao qual o requerente é filiado não estaria apto a participar do pleito, conforme reconhecido nos autos do Processo nº 171-66.2016.6.21.0142, referente ao julgamento do DRAP do PARTIDO SOCIAL LIBERAL – PSL de Bagé/RS.

Correto o entendimento do sentenciante, haja vista que o indeferimento do DRAP é fundamento suficiente para indeferir os pedidos de registro a ele vinculados, nos termos dos arts. 47 e 48 da Resolução TSE nº 23.455/15:

Art. 47. O julgamento do processo principal (DRAP) precederá ao dos processos dos candidatos, devendo o resultado daquele ser certificado nos autos destes.

Parágrafo único. O indeferimento definitivo do DRAP implica o prejuízo dos pedidos de registros de candidatura a ele vinculados, inclusive aqueles já deferidos.

Art. 48. O indeferimento do DRAP é fundamento suficiente para indeferir os pedidos de registro a ele vinculados, entretanto, enquanto não transitada em julgado aquela decisão, o Cartório e o Juiz Eleitoral devem proceder à análise, diligências e decisão sobre os demais requisitos individuais dos candidatos.

Nesse sentido, segue o entendimento jurisprudencial:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

ELEIÇÕES 2012. AGRAVOS REGIMENTAIS. RECURSOS ESPECIAIS ELEITORAIS. NÃO INFIRMADO O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. REGISTROS INDIVIDUAIS DE CANDIDATURA. REGISTRO DA COLIGAÇÃO INDEFERIDO. PREJUÍZO.

1. Os agravantes limitaram-se a reproduzir os argumentos expostos nos recursos especiais, razão pela qual a decisão deve ser mantida pelos próprios fundamentos. Incidência da Súmula nº 182/STJ.

**2. O indeferimento do pedido de registro da coligação, em decisão transitada em julgado, acarreta o prejuízo dos requerimentos individuais de candidatura a ela vinculados. Precedentes.**

**3. Não cabe rediscutir, nos processos relativos a requerimentos individuais de candidatura, matéria atinente ao DRAP. Precedentes.**

4. Agravos regimentais desprovidos.

(Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 34426, Acórdão de 03/08/2015, Relator(a) Min. GILMAR FERREIRA MENDES, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 29/10/2015 ) (grifado)

AGRAVO REGIMENTAL. ELEIÇÕES 2012. RECURSO ESPECIAL. DRAP. PARTIDO INTEGRANTE DE COLIGAÇÃO MAJORITÁRIA. DECISÃO DEFINITIVA. PRETENSÃO DE INTEGRAR COLIGAÇÃO DIVERSA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 69 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.373/2011. CANCELAMENTO. PEDIDOS DE REGISTRO. CANDIDATOS DO PARTIDO EXCLUÍDO. RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO.

1. A discussão da questão de fundo, relativa à regularidade da convenção partidária e à deliberação sobre coligações, ficou prejudicada, haja vista a existência de decisão anterior definitiva determinando a inclusão do mencionado partido à coligação diversa.

**2. Somente devem ser indeferidos os pedidos de registro dos candidatos do partido excluído da coligação.**

3. O entendimento manifestado no acórdão regional não merece reparos, pois evidencia a interpretação mais razoável do art. 69 da Resolução TSE 23.373/2011.

4. Agravo regimental desprovido.

(Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 11187, Acórdão de 18/12/2012, Relator(a) Min. JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFFOLI, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 18/12/2012 ) (grifado)

ELEIÇÕES 2010. Agravo regimental em recurso especial eleitoral. Registro de candidatura indeferido. **Indeferimento do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários - DRAP do partido pelo qual pretendia concorrer a Agravante. Impossibilidade de candidatura avulsa. As condições de elegibilidade são aferidas no momento da formalização do pedido de registro de candidatura.** Fundamentos da decisão agravada não infirmados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Agravo regimental ao qual se nega provimento. (Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 262727, Acórdão de 13/10/2010, Relator(a) Min. CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 13/10/2010 ) (grifado)

Por fim, salienta-se que o único fundamento para a negativa ao pedido do candidato foi o indeferimento do registro do partido, tendo o magistrado cumprido com a disposição contida na parte final do art. 48 da Resolução TSE nº 23.455/15.

Assim, a pretensão recursal não merece acolhida.

### III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Procuradoria Regional Eleitoral manifesta-se pelo **não conhecimento** do recurso, porquanto intempestivo; caso conhecido, opina, primeiramente, pela reunião dos autos ao recurso do DRAP, para fins de julgamento conjunto, e, no mérito, pelo **desprovimento**.

Porto Alegre, 20 de setembro de 2016.

**Marcelo Beckhausen**  
**PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL**

C:\conversor\tmp\dp3dnu7ki42df65ed98873974342406641874160920230035.odt